



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 4ª Região

XIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO



PROVA SELETIVA - CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

Cada candidato receberá um caderno de questões e uma folha de respostas.

O caderno de questões possui 40 páginas (numeradas de 1 a 40), devendo ser conferido pelo candidato antes do início da prova.

As anotações no caderno de questões não serão consideradas para qualquer efeito. As respostas deverão ser marcadas na folha de respostas, em espaço próprio, **somente com caneta esferográfica nas cores azul ou preta.**

A folha de respostas tem o espaço reservado para responder as 100 (cem) questões da prova, sendo o único documento válido para a correção de sua prova.

A marcação de mais de uma alternativa por questão da prova, na folha de respostas, anula a resposta.

Nesta prova **NÃO** será permitida qualquer forma de consulta. A transgressão importará eliminação do candidato no ato.

A prova terá duração de 05 (cinco) horas improrrogáveis.

O candidato, ao término da prova, devolverá o caderno de questões e a folha de respostas ao coordenador da sala.



1. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A interpretação conforme a Constituição constitui técnica de hermenêutica de uso possível tanto se existentes várias hipóteses interpretativas, quanto se o sentido da norma for unívoco.
- II. A técnica da interpretação conforme a Constituição sem redução de texto admite as variantes da exclusão de interpretação inconstitucional e da opção por uma determinada interpretação.
- III. A declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto não é admitida no direito brasileiro por implicar controle de constitucionalidade como legislador positivo.
- IV. Não é possível o uso da técnica da interpretação conforme a Constituição com redução de texto.

- (a) Está correta apenas a assertiva II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

2. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O Senado Federal realiza exame discricionário sobre a suspensão da execução de norma legal declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em controle difuso, podendo recusá-la.
- II. O Senado Federal pode suspender a execução de normas estaduais ou municipais declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal em controle difuso.
- III. O Supremo Tribunal Federal já reconheceu em sede de controle concentrado a constitucionalidade da norma legal que permite modular no tempo os efeitos da declaração de inconstitucionalidade pela via concreta.
- IV. Constituem espécies de controle concentrado de constitucionalidade a ação direta de inconstitucionalidade, a ação direta de inconstitucionalidade interventiva, a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, a ação declaratória de constitucionalidade, a arguição de descumprimento de preceito fundamental e a reclamação constitucional.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

3. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- I. Os sigilos bancário e fiscal podem ser afastados por decisão de comissão parlamentar de inquérito de assembleia legislativa estadual.
- II. Pelos princípios da comunhão da prova e da supremacia do interesse público, os dados obtidos por meio de quebra de sigilo bancário podem ser utilizados como prova em quaisquer outros processos ou atos que não aqueles para os quais foram obtidos.
- III. A proteção constitucional à comunicação de dados estende-se aos dados em si mesmos, quando armazenados em computador, sendo, em ambas as hipóteses, para quebra do sigilo, necessário ordem judicial para sua utilização válida como prova.
- IV. O Ministério Público pode, pelo poder de requisição, arredar a garantia de sigilos bancário e telefônico independentemente de autorização judicial.



- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

4. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O recesso parlamentar de fim de ano vai de 15 de dezembro a 15 de fevereiro e o de meio de ano de 30 de junho a 1º de agosto, período em que o Congresso fica inativo, sem funcionamento de qualquer órgão ou comissão.
- II. A convocação extraordinária do Congresso Nacional em casos de urgência ou interesse público relevante pode ocorrer por requerimento da maioria absoluta dos membros de alguma das Casas Legislativas ou então, independentemente de aprovação parlamentar, por ato do Presidente da República, do Presidente do Senado Federal ou do Presidente da Câmara dos Deputados.
- III. A convocação extraordinária do Congresso Nacional autoriza exclusivamente a deliberação da matéria para a qual foi convocado e a apreciação de medidas provisórias, ainda que não incluídas na motivação da convocação, vedado o pagamento de parcela indenizatória aos parlamentares.
- IV. A *legislatura* do Congresso Nacional tem duração de quatro anos coincidentes com o mandato dos Deputados Federais, período em que vigoram as composições das comissões permanentes e findo o qual extinguem-se as comissões temporárias; a *sessão legislativa* tem duração de um ano, divide-se em dois *períodos legislativos* e suspende-se durante o recesso parlamentar.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

5. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A dignidade da pessoa humana é fundamento da República Federativa do Brasil e norteia a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que veda a prisão cautelar por prazo excessivo, abusivo e irrazoável e a denúncia que não descreve adequadamente os fatos tidos por criminosos.
- II. O princípio da máxima eficácia e efetividade dos Direitos Fundamentais tem amparo em regra positiva da Constituição da República e é garantido, dentre outros modos, pela iniciativa popular e pela ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- III. Um dos modos de garantir a aplicabilidade imediata dos Direitos Fundamentais é o mandado de injunção, que admite, na atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a emissão de provimento mandamental apto a, desde logo, viabilizar, no caso concreto, o exercício do direito, afastando as conseqüências da inércia do legislador.
- IV. A proibição de retrocesso consubstancia garantia expressa na Constituição da República, ao lado da proteção à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito, e impede geral e absolutamente o legislador de suprimir direitos que já se tenham incorporado definitivamente à esfera jurídica do indivíduo.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.



- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.

6. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A norma legal que verse sobre regime dos servidores públicos, de iniciativa privativa do Poder Executivo, aprovada com emenda parlamentar, mesmo que com afinidade lógica e que não acresça despesa ao erário, é formalmente inconstitucional.
- II. É inconstitucional, por violação à cláusula da separação de poderes, a regra legal que imponha ao Poder Executivo prazo para regulamentação de lei.
- III. As matérias reguladas por lei ordinária cuja discussão legislativa dependa de iniciativa privativa do Governador do Estado podem ser dispostas pelos parlamentos estaduais no exercício do Poder Constituinte Derivado.
- IV. É exclusiva do Procurador-Geral da República a iniciativa de lei de organização do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios.

- (a) Está correta apenas a assertiva II.
- (b) Está correta apenas a assertiva IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

7. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A Constituição da República garante a estabilidade permanente de emprego como direito social ao proteger o trabalhador contra despedida arbitrária ou sem justa causa, o que também decorre da admissão de normas internacionais, tais como as convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ampliadoras do rol de direitos fundamentais.
- II. Segundo orientação do Supremo Tribunal Federal, é contrária à Constituição a fixação de indenização em salários mínimos, quer como parâmetro indexador, a ser utilizado para cálculo quando do efetivo pagamento, quer como correspondente valor da condenação a ser atualizado, posteriormente à decisão judicial, por índices oficiais.
- III. É possível, no plano constitucional, a autorização de trabalho dominical, desde que se resguarde, em sistema de rodízio, repouso do trabalhador em algum domingo de cada mês, vedado o estabelecimento de labor sistematicamente em tal dia.
- IV. O adicional de férias deve ser assegurado apenas em um período anual de trinta dias para as categorias que façam jus a maior prazo de férias, como magistrados e membros do Ministério Público.

- (a) Está correta apenas a assertiva II.
- (b) Está correta apenas a assertiva III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

8. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Um dos princípios imanentes ao sistema federativo é o da participação dos Estados no Poder Legislativo Federal, para que sua vontade componha a legislação federal, pelo que não pode ser objeto de deliberação proposta de extinção do Senado.



- II. A criação, fusão ou desmembramento de estado federado depende de aprovação das populações diretamente atingidas ou autorização das respectivas assembleias legislativas por via de lei complementar.
- III. Pelo princípio da *predominância do interesse*, a Constituição distribuiu as diferentes competências, cabendo aos municípios a competência remanescente, vale dizer, a subsidiária que não for atribuída à União ou aos estados federados.
- IV. A União pode delegar por meio de lei complementar a estados federados competência para legislar sobre pontos específicos de matéria de sua competência legislativa privativa.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

9. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite o “aproveitamento” de servidores de cargos extintos em novo cargo, sem concurso público específico para a nova investidura, nas hipóteses em que as atribuições do recém-criado sejam similares àquelas do cargo extinto.
- II. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a incorporação, como direito adquirido, de vencimentos de cargo superior que o servidor haja desempenhado por desvio de função.
- III. O direito de investidura em cargos públicos para os brasileiros decorre de norma constitucional de eficácia contida e efeito imediato, enquanto que para os estrangeiros o direito de acesso aos cargos públicos é previsto por norma de eficácia limitada, ainda não exercitável, à minguia de lei regulamentadora, ressalvadas as exceções constitucionalmente previstas.
- IV. A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), apesar de sua especialidade, constitui serviço público e autarquia especial, de tal sorte que seus servidores devem ser selecionados por meio de concurso, em atendimento aos princípios norteadores da administração pública.

- (a) Está correta apenas a assertiva III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.

10. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O trânsito em julgado de decisão criminal condenatória implica suspensão dos direitos políticos com a conseqüente extinção do mandato do condenado, ressalvada a hipótese de condenação de deputado federal ou senador da República, caso em que caberá à respectiva casa Congressual o exame político da perda de mandato.
- II. Militares da ativa podem ser candidatos às eleições sem que estejam filiados a partidos políticos.
- III. As inelegibilidades, por constituírem restrições a direitos políticos, só podem ser estabelecidas pela Constituição da República.



IV. Plebiscitos e referendos constituem os meios de exercício da soberania popular diferindo entre si por serem os plebiscitos consultas populares para a concessão de eficácia a ato governamental, enquanto os referendos visam à retirada de eficácia de ato governamental.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.

11. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O Presidente da República somente pode ser preso em flagrante de crime inafiançável ou por ordem escrita de prisão preventiva ou de execução de sentença condenatória expedida pela maioria do plenário do Supremo Tribunal Federal.
- II. O Presidente da República pode delegar ao Procurador-Geral da República determinadas competências que a Constituição lhe outorga privativamente.
- III. O Vice-presidente da República não tem vedações nem funções próprias na ordem constitucional a não ser as de substituir ou suceder o Presidente da República nos casos de impedimento ou vacância.
- IV. O Presidente da República não pode ser processado criminalmente durante a vigência do mandato por delitos cometidos antes da posse ou mesmo por aqueles praticados durante a investidura, salvo se se tratarem de crimes funcionais, prerrogativa essa que não se estende aos chefes do Poder Executivo das demais esferas.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.

12. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Os princípios atinentes à carreira da magistratura, previstos explicitamente na Constituição da República, independem da promulgação do Estatuto da Magistratura, em face do caráter de plena e integral eficácia de que se revestem tais preceitos.
- II. Não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não os podendo devolver ao cartório sem o devido despacho ou decisão.
- III. A garantia de participação na quinta parte dos tribunais de membros externos à carreira da magistratura impõe que se observe a fração constitucional como mínimo e não máximo, sendo possível, quando o total de vagas de um tribunal não for divisível por cinco, que ele tenha mais de um quinto de membros oriundos da advocacia e do Ministério Público, mas nunca menos.
- IV. Tribunais que tenham mais de vinte e cinco membros devem constituir órgão especial com no máximo quinze componentes escolhidos dentre os mais antigos na carreira.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.



13. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Cabe à lei complementar dispor sobre as diretrizes orçamentárias e o plano plurianual, enquanto que à lei ordinária cabe dispor sobre a vigência, prazos e elaboração do orçamento anual.
- II. A lei orçamentária anual pode tratar de outros temas além do estabelecimento de receitas e despesas, desde que pertinentes e relevantes.
- III. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser sequer iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- IV. O Poder Judiciário, o Poder Legislativo, o Ministério Público e a Defensoria Pública devem receber os recursos correspondentes às respectivas dotações orçamentárias em duodécimos até o dia 20 de cada mês.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.

14. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A assistência à saúde é pública, apenas podendo ser realizada pela iniciativa privada quando expressamente delegada pelo poder público.
- II. O ensino será ministrado com observância, dentre outros princípios, de piso salarial nacional para profissionais da educação pública, segundo lei federal.
- III. Até que sejam esgotadas as instâncias legais da justiça desportiva, no prazo constitucional, não caberá ao Poder Judiciário conhecer de ações relativas à disciplina e às competições esportivas.
- IV. O serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens é sujeito a concessão ou permissão, mas não o de publicação impressa, que é livre.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

15. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A denominada coisa julgada administrativa é apenas preclusão dos efeitos internos, irretratabilidade do ato perante a própria Administração.
- II. Função jurisdicional é aquela em que o Estado, diretamente ou mediante delegação, resolve em definitivo os conflitos entre particulares.
- III. O princípio da primazia do interesse público faz pressupor uma coincidência necessária entre interesse público e interesse das pessoas de Direito Público.
- IV. Em razão de que adotado no Brasil o sistema anglo-americano, há monismo jurisdicional, cabendo a prestação da jurisdição exclusivamente ao Poder Judiciário.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.



(d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.

16. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A auto-executoriedade dos atos administrativos consiste em que a própria Administração possa, por si mesma, executar a pretensão traduzida no ato, independentemente de prévio socorro às vias judiciais.
- II. Porque vedado ao Judiciário adentrar o mérito do ato administrativo, não pode o juiz sindicá-lo sobre desvio de finalidade ou ausência de motivação em sua gênese.
- III. Em face da rigidez com que incide o princípio da legalidade, cogente ao servidor público, perde toda relevância o princípio da razoabilidade, que não tem aplicação no direito administrativo.
- IV. O princípio da economicidade, privilegiado frente ao da ampla defesa, faculta a utilização da sindicância como meio punitivo, sem necessidade de formal oportunidade de defesa, considerado suficiente o interrogatório do imputado.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

17. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A descentralização pressupõe pessoas jurídicas diversas; a desconcentração refere-se a uma só pessoa.
- II. As autarquias, cuja gênese depende de decreto específico, somente podem ser extintas por ato de igual natureza.
- III. A fundação pública é espécie do gênero autarquia.
- IV. A responsabilidade estatal por ato omissivo é sempre decorrente de comportamento ilícito, havendo, portanto, que se sindicá-lo sobre a existência de dolo ou culpa.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

18. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. As cláusulas exorbitantes, que caracterizam o contrato administrativo, neste se inserem ainda que não previstas expressamente em lei ou consignadas em cláusula contratual.
- II. A prevalência do interesse público sobre o particular torna imperativo, em âmbito administrativo, o princípio da obrigatoriedade do contrato (*pacta sunt servanda*), afastando a teoria da imprevisão, e conseqüentemente o socorro à cláusula *rebus sic stantibus*.
- III. Considerando-se que a licitação é imprescindível para a existência de qualquer contrato administrativo, constituiria lesão ao princípio da livre concorrência posterior rescisão amigável, modalidade de extinção contratual inadmissível em se tratando de direito público.
- IV. O contrato administrativo é sempre consensual e, em regra, formal, oneroso, comutativo e realizado *intuitu personæ*.



- (a) Está correta apenas a assertiva IV.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

Para responder às questões 19 e 20, considere o enunciado seguinte:

Determinada empresa de construção civil veio a juízo contra a Caixa Econômica Federal, alegando, em resumo, que iniciou a execução de um prédio onde funcionaria a agência da referida instituição de crédito, mas foi forçada a cessar em definitivo as obras, em razão de diversos fatores, quais sejam: a) parte da área que seria ocupada pela construção foi declarada como de preservação permanente, o que inviabilizou a retirada de vegetação nativa imprescindível ao prosseguimento dos trabalhos; b) o Ministério Público pleiteou e obteve liminar judicial suspensiva dos trabalhos, em razão de que contratada a realização da obra sem licitação; c) ocorreu uma inundação na área, de grandes proporções, a exigir para a recuperação do terreno trabalho extraordinário não previsto, a tornar demasiadamente oneroso o cumprimento do contrato, a ponto de inviabilizá-lo economicamente. Em procedimento administrativo disciplinar, restou demonstrada a existência de conluio entre o gerente da Caixa Econômica Federal e a empresa construtora.

19. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Como sociedade de economia mista que é, a Caixa Econômica Federal não está sujeita a prévio procedimento licitatório; podendo, no entanto, adotá-lo como mera faculdade.
- II. Tornar-se parte do imóvel área de preservação ambiental permanente constitui fato do príncipe.
- III. A medida liminar deferida ao Ministério Público não pode prevalecer, pois que a ausência de licitação, na hipótese, não induz nulidade, estando preclusa a oportunidade de insurgência quanto ao defeito, já que passados três anos do início das obras.
- IV. A inundação havida constitui álea intransponível a justificar a inexecução do contrato.

- (a) Está correta apenas a assertiva II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

20. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O contrato sofreu forte modificação no seu equilíbrio econômico-financeiro, devendo a Administração tomar as medidas pertinentes para o refazimento da equação existente na gênese da avença.
- II. A ausência de licitação, eivada de má-fé em razão do conluio, afasta qualquer obrigação do Poder Público de indenizar a contratante particular.
- III. Na hipótese, pode a empresa contratada valer-se da *exceptio non adimpleti contractus*, já que a Caixa Econômica Federal recusa-se ao pagamento das verbas concernentes à parte do serviço já realizado.
- IV. No confronto entre o interesse na construção da agência e a preservação ambiental, incidiria como solução o princípio da continuidade do serviço público, determinando o desmatamento necessário e o conseqüente prosseguimento das obras.



- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Está correta apenas a assertiva II.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

21. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Em face do princípio *non bis in idem*, a lei de improbidade administrativa não pode impor penalidades sobre fatos que já ensejaram as sanções previstas no Código Penal.
- II. Porque ínsita na própria condição de cidadão, a suspensão de direitos políticos somente pode ser imposta pelo Legislativo a qualquer de seus membros.
- III. No uso que faz a legislação pertinente de ambos os termos, demissão e exoneração são palavras sinônimas.
- IV. Provimento derivado vertical é aquele em que guindado o servidor para cargo mais elevado, efetuando-se por promoção.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Está correta apenas a assertiva IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

22. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A negativa de existência do fato em âmbito penal, mesmo que passada em julgado a sentença que a declare, não guarda relevância em âmbito administrativo, pois que há independência absoluta entre a esfera penal e a atuação administrativa em processo disciplinar.
- II. São cargos vitalícios unicamente os de Magistrado (art. 95, I, da Constituição Federal), os de Ministro (ou Conselheiro, que é sua designação nas esferas distrital, estaduais e municipais) do Tribunal de Contas (art. 73, §3º, da Constituição Federal) e de Membro do Ministério Público, cujo vitaliciamento também se dá após dois anos de exercício (art. 128, §5º, I, "a", da Constituição Federal).
- III. Há previsão constitucional de perda de cargo de magistrado vitalício por força de condenação penal quer por crime comum, quer por crime de responsabilidade.
- IV. O princípio do juiz natural veda em termos absolutos a aplicação da remoção compulsória a qualquer magistrado, mesmo que a título de sanção disciplinar imposta em processo regular no qual facultada ampla defesa.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.

Para responder à questão 23, considere o enunciado seguinte:

Decreto considerando de utilidade pública determinada área para efeito de reforma agrária foi publicado. Enquanto tramitava o processo judicial expropriatório, a empresa proprietária do terreno entabulou negociações com empresa imobiliária, objetivando loteamento, desde já construindo ruas internas e ajardinamento.



23. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A declaração de utilidade pública que antecede a desapropriação guarda por si mesma o condão de transferir a propriedade do futuro expropriado ao Estado, em razão do que se deve inibir a realização das benfeitorias.
 - II. O licenciamento para realização de obras na área expropriada não pode ser negado; todavia, a Administração não será obrigada a indenizá-las quando efetivada a desapropriação.
 - III. A declaração de utilidade pública não pode perdurar indefinidamente, havendo prazo de caducidade a ser respeitado, mesmo que subsista o interesse público na expropriação do bem.
 - IV. Caso seja alienado o imóvel à incorporadora imobiliária antes de concluído o processo expropriatório, tal ato jurídico padecerá de vício insanável, não guardando sequer existência no universo jurídico.
- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
(b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
(c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
(d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.

24. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A classificação de determinado ônus em quaisquer das espécies tributárias depende necessariamente da denominação que lhe deu o legislador.
 - II. Denomina-se evasão fiscal a adoção de comportamento lícito e eficaz para obter a supressão ou redução de deveres tributários.
 - III. A Caixa Econômica Federal, mesmo guardando natureza de direito privado, sujeita-se a controle do Tribunal de Contas da União.
 - IV. O Tribunal de Contas da União não tem personalidade jurídica.
- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
(b) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
(c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
(d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

25. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Segundo o princípio da exclusividade, a obtenção do financiamento por pessoa de direito público em instituição estrangeira, porque implica abertura de crédito e também porque importa antecipação de receita, não pode ser prevista na lei orçamentária anual.
- II. Apenas o Presidente do Supremo Tribunal Federal poderá encaminhar a proposta orçamentária do Poder Judiciário; e, se não o fizer no prazo, serão considerados pelo Executivo, para o fim de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores constantes da lei orçamentária vigente, sem qualquer ajustamento.
- III. A doutrina dominante acata o conceito dual de despesa pública, segundo o qual pode significar tanto o conjunto dos dispêndios do Estado, ou de outra pessoa de direito público, para o funcionamento do serviço público, como também a aplicação de certa quantia em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público competente dentro de autorização legislativa, para execução de fim a cargo do governo.
- IV. São denominadas originárias as receitas hauridas pelo Estado sob regime de direito privado, na exploração da atividade econômica.



- (a) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.

26. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A sinonímia existente entre taxa e preço público torna acadêmica e juridicamente irrelevante a discussão sobre classificação de determinada exigência fiscal em uma ou outra dessas figuras jurídicas.
- II. É inviável a cobrança de taxa para cobrir gastos de fiscalização sanitária.
- III. Segundo o princípio da indelegabilidade, é vedado pela Constituição que a União arrecade determinado tributo para, posteriormente, repassá-lo em cotas de fundo para Estados e Municípios.
- IV. A dívida não-tributária da União não pode ser inscrita em dívida ativa, carente o título que a represente de presunção *juris tantum* de liquidez e certeza.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Está correta apenas a assertiva III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

27. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos alcança as entidades fechadas de previdência em que não haja contribuições dos beneficiários.
- II. O princípio da anterioridade faz com que a lei tributária publicada no dia 2 de outubro, vigente “na data de sua publicação”, ganhe eficácia no exercício financeiro seguinte.
- III. As contribuições para a seguridade social, ainda que detenham índole tributária, não se fazem abranger pela imunidade pertinente a livros, jornais, periódicos e papel destinado à sua impressão.
- IV. A Constituição brasileira atual consagra o princípio da anualidade, segundo o qual nenhum tributo será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, exceto a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

28. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. É pacífico na doutrina que a Constituição cria os tributos, constituindo absurdo defender que a gênese do imposto seja a lei ordinária.
- II. A instituição por pessoa política de tributo alheio à esfera de sua competência constitui nulidade apenas relativa, sanável mediante ato ratificador da entidade detentora do poder de criação, desde que remetida a receita pertinente a esta última.
- III. Muito embora sua importância na estrutura tributária de qualquer país, a legalidade tributária não se erige, em nosso Direito, em garantia fundamental, não sendo considerada, pois, cláusula pétrea.



IV. O Supremo Tribunal Federal iterativamente asseverou que a imunidade constitucional concernente à publicação de periódicos abrange a cobrança de ISS (Imposto sobre Serviços) sobre as listas telefônicas.

- (a) Está correta apenas a assertiva III.
- (b) Está correta apenas a assertiva IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

29. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Nos termos em que positivada em nosso Direito Tributário a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, a responsabilidade de qualquer sócio dimana do simples fato do inadimplemento da obrigação tributária, não se podendo ele valer da distinção entre pessoa física e pessoa jurídica.
- II. A isenção, gênero de que é espécie a “alíquota zero”, independe da incidência da norma tributária impositiva.
- III. Isenções tributárias concedidas sob condição onerosa não podem ser livremente suprimidas.
- IV. A reserva de lei complementar pertinente a normas gerais de direito tributário abrange os institutos da decadência e da prescrição.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

30. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O princípio da tipicidade fechada, que impera na gênese das obrigações tributárias, convive com a interpretação analógica *in peius*.
- II. Uma vez que a obrigação tributária somente pode ser evitada em interpretação restritiva, um terreiro de candomblé não está abrangido em imunidade, porque a Constituição Federal excepciona apenas o “templo”.
- III. As publicações por meios eletrônicos também se inserem no conceito de livro para o gozo de imunidade tributária.
- IV. A doutrina de direito tributário enfaticamente rejeita a utilização de contribuição de intervenção no domínio econômico com efeito extrafiscal.

- (a) Está correta apenas a assertiva II.
- (b) Está correta apenas a assertiva III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

31. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A responsabilidade tributária por substituição comporta espécie apelidada “para trás”, em que há postergação do pagamento do tributo, transferindo-se a terceiro a obrigação de reter e recolher o montante devido.



- II. Quando o lançamento é anulado em razão de vício formal, enseja-se à Administração novo prazo decadencial, cujo *dies a quo* é a data em que tornada definitiva a decisão anulatória.
- III. O termo “complexivo”, utilizado em relação ao imposto de renda, guarda pertinência com a complexidade do ato administrativo, que, na espécie tributária, fica a depender de mais de uma esfera decisória.
- IV. Existe responsabilidade solidária do proprietário, do incorporador, do dono da obra ou do condômino da unidade imobiliária com o construtor, para cumprimento das obrigações concernentes a contribuições para a Seguridade Social.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

32. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Para que se valha do privilégio da denúncia espontânea, basta apenas que o contribuinte informe ao Fisco a existência do débito, antes mesmo que seja surpreendido por qualquer fiscalização, isentando-se com tal procedimento dos juros e da correção monetária.
- II. O Código Tributário Nacional prevê a responsabilidade pessoal dos diretores, gerentes ou representantes pelas obrigações tributárias resultantes de atos praticados com infração de lei, em razão do que surge ela *ipso facto* da declaração de falência.
- III. Uma vez que a compensação de créditos tributários, em razão de sua irreversibilidade, não pode ser objeto de deferimento liminar, o mandado de segurança constitui meio impróprio para que declarado o direito de valer-se o contribuinte da faculdade de compensar.
- IV. Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição intercorrente.

- (a) Está correta apenas a assertiva III.
- (b) Está correta apenas a assertiva IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

33. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Tanto a taxa quanto o preço público têm sua existência condicionada à prévia autorização orçamentária em relação às leis que lhes dão gênese.
- II. É perfeitamente lícita, conforme sempre entendeu o Supremo Tribunal Federal, a destinação da receita proveniente de taxas à Caixa de Assistência dos Advogados.
- III. É ilícita a cobrança do tributo que houver sido aumentado após o orçamento, mas antes do início do respectivo exercício financeiro.
- IV. A interdição de estabelecimento constitui meio próprio e eficaz para compelir a empresa inadimplente ao pagamento de débitos tributários.



- (a) Estão incorretas apenas as assertivas I e IV.
- (b) Estão incorretas apenas as assertivas I, II e III.
- (c) Estão incorretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

34. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Preserva-se de tributação o chamado “mínimo existencial” em decorrência da aplicação dos princípios da capacidade contributiva e da dignidade humana.
- II. O Estado-Membro, desde que os efeitos da legislação atenham-se às suas fronteiras geográficas, e desde que não invada a competência da União, pode instituir contribuições sociais de intervenção no domínio econômico.
- III. As ações rescisórias versando sobre matéria tributária que, à ocasião do julgado rescindendo, não era pacífica nos tribunais, são rejeitáveis “de plano”, ainda que versem matéria tributária constitucional.
- IV. Em razão da imunidade recíproca constitucionalmente assegurada, não está o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) sujeito ao pagamento de despesas de transporte do Oficial de Justiça, mesmo em se tratando de execução fiscal.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Está correta apenas a assertiva III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

35. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O Código Tributário Nacional dispensa o crédito tributário de sujeição a concurso de credores ou a habilitação em falência, mas admite concorrência de créditos hierarquizando as pessoas de direito público.
- II. A presunção de legitimidade do título fiscal, mesmo que emanada de processo onde exercido o contraditório, é apenas relativa; sujeita, pois, a seu desfazimento mediante prova inequívoca em contrário.
- III. Embora alguns doutrinadores utilizem o termo “autolançamento”, a legislação tributária reserva privativamente à autoridade administrativa a constituição do crédito tributário.
- IV. A União, mesmo que abranja na concessão de moratória tributos de sua própria competência, não pode nela inserir tributos estaduais ou municipais.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II, e III.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

36. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. É pacífica na jurisprudência a admissibilidade da Ação Civil Pública para veicular pretensões que envolvam tributos, pois é uma das razões que deram origem a tal instrumento processual.
- II. Mero ato normativo federal não pode ser objeto de declaração de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta.
- III. Em razão da presunção de liquidez e certeza que defende o crédito fiscal, a exceção de pré-executividade não pode ser acatada na execução fiscal.



IV. Mesmo antes da execução fiscal, a lei admite providências a serem requeridas pela Fazenda Pública, objetivando evitar que os bens do contribuinte inadimplente sejam transferidos irregularmente a terceiros.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Está correta apenas a assertiva IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

37. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Em matéria tributária, o Ministro da Fazenda pode expedir decretos, inclusive restringindo o texto legal regulamentado.
- II. As multas, porque constituem sanção ao inadimplemento da obrigação tributária, abrangem-se no conceito de tributo, aplicando-se-lhes, em consequência, os princípios constitucionais limitadores do poder de tributar.
- III. Deixar de apresentar ao Congresso Nacional proposta de orçamento da República no prazo legal é atitude que traz como única consequência o atraso na liberação de verbas públicas; mas em si mesma não gera qualquer espécie de sanção.
- IV. A sonegação é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou a evitar ou diferir o seu pagamento.

- (a) Está correta apenas a assertiva IV.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

38. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Sistema ou estrutura é o conjunto ordenado de elementos, relacionados por um princípio unificador, que formam um todo pretensamente orgânico, destinado a uma determinada finalidade.
- II. Os sistemas processuais penais possuem diferenciações analíticas e rígidas, imutáveis na evolução histórica.
- III. Atualmente, predomina na América Latina o sistema inquisitório, também conhecido como reformado ou napoleônico.
- IV. Na Grécia e no maior período da Roma republicana, o sistema processual era acusatório, com acusação e julgamento popular.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.

39. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Os novos paradigmas da sociedade moderna, com riscos técnicos ou não, desconhecidos e incontroláveis, trazem a sensação coletiva de insegurança, em fenômeno designado por Ulrich Beck como da *sociedade do risco*.



- II. O funcionalismo serve como forma de satisfação às valorações da sociedade de risco.
- III. Na tutela dos grandes e novos riscos que ameaçam a sociedade presente e as gerações futuras têm surgido legislações penais de diferenciado e gravoso tratamento, penal e processual-penal, em crimes econômico-tributários, ambientais e os imputáveis a organizações criminosas.
- IV. O direito administrativo-penal é proposta de tratamento dos grandes riscos com medidas administrativas, dentro de um processo penal.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

40. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A responsabilidade penal do sócio-administrador da empresa sonegadora das contribuições descontadas dos empregados dá-se de forma objetiva.
- II. As penas aplicadas à pessoa jurídica têm previsão específica na lei de crimes ambientais, consistindo em: suspensão parcial ou total da atividade, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade, proibição de contratar com o Poder Público, multa e prestação de serviços à comunidade.
- III. No sistema constitucional brasileiro, a possibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica é limitada aos crimes ambientais.
- IV. A responsabilidade reconhecida pelos gestores exclui a da pessoa jurídica.

- (a) Está correta apenas a assertiva II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

41. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O crime de lavagem de dinheiro pode ter como crime antecedente o tráfico ilícito de entorpecentes, o terrorismo, crimes contra a Administração Pública e de sonegação fiscal.
- II. Não se pune a lavagem de dinheiro sem a ocorrência de crime antecedente taxativamente previsto em lei.
- III. A ocultação caracterizadora da lavagem de dinheiro dá-se também pelo ostensivo gasto do produto do crime.
- IV. Como norma mista, a lei definidora do tipo penal do crime de lavagem de dinheiro tem aplicação retroativa condicionada ao benefício do agente.

- (a) Está correta apenas a assertiva II.
- (b) Está correta apenas a assertiva IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

42. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.



- I. No Código Penal Brasileiro, a tentativa do crime é marcada pelo início da realização do tipo, tomando-se em consideração sobretudo a expressão que emprega a lei para designar a conduta proibida.
- II. Não admitem tentativa os crimes habituais e de atentado, os omissivos próprios, os unissubsistentes, os culposos e os preterintencionais, não incluídos aqueles tecnicamente qualificados pelo resultado.
- III. No crime putativo imagina o agente proibida uma conduta que em verdade lhe é permitida, não cabendo punição.
- IV. A Súmula 145 do Supremo Tribunal Federal (“*Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação*”) passou, pela mesma Corte, a ser interpretada como a dar validade ao flagrante esperado; de outro lado, negando validade ao flagrante provocado pelo agente da prisão.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

43. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. No erro de tipo está viciada a previsibilidade, impedindo que o dolo atinja corretamente todos os elementos essenciais do tipo, o que não impede a configuração do crime culposos.
- II. O erro de proibição ocorre pelo inevitável desconhecimento da lei penal, que exclui a culpabilidade do agente e impede sua punição por crime doloso, permitindo, porém, o apenamento na forma culposa ou preterdolosa.
- III. Para o Código Penal Brasileiro, as causas justificativas constituem hipótese de erro de proibição, adotando-se a teoria extremada do dolo, diversamente da teoria limitada do dolo, onde as excludentes da ilicitude caracterizam erro de proibição (quando viciada a compreensão dos fatos) ou erro de tipo permissivo (quando viciada a interpretação do alcance da causa justificadora).
- IV. O erro de tipo pode ocorrer mesmo em crimes omissivos impróprios; enquanto que, no erro de proibição, examina-se a culpabilidade abstrata da ignorância à representação da ilicitude do comportamento.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Está correta apenas a assertiva III.
- (c) Está correta apenas a assertiva IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I e II.

44. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Tem a jurisprudência majoritariamente compreendido que os saques via *internet* em conta de terceiros configuram crime de furto mediante fraude, consumado no local da conta indevidamente sacada.
- II. É da competência da justiça federal o crime de redução de trabalhadores à condição análoga à de escravo.
- III. As fraudes praticadas por gestores da empresa administradora de consórcio de bens, em suas atividades fins, configuram crimes sujeitos à jurisdição federal.



IV. É da jurisdição federal a competência para os crimes de venda de combustíveis adulterados ou com venda em desacordo às normas legais, pelo dano à fiscalização da ANP (Agência Nacional de Petróleo), autarquia federal.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

45. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O princípio da indelegabilidade impede a renúncia voluntária à jurisdição, mas encontra exceção nas cartas rogatórias ou de ordem.
- II. O princípio da ampla defesa faz exigir do advogado dativo o emprego de todos os meios processualmente úteis e disponíveis, inclusive na oferta da defesa prévia, rol de testemunhas e provas, interposição de recursos e apresentação das razões pertinentes.
- III. O princípio do livre convencimento motivado é de cunho constitucional, aplicando-se desse modo a todos julgamentos criminais, ressalvado o Júri e o julgamento em Tribunais Militares.
- IV. O princípio do contraditório vige no processo penal, excepcionando-se o caso dos embargos de declaração com efeitos infringentes e das provas produzidas de ofício pelo magistrado.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

46. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Pode o juiz autorizar escutas telefônicas em caso de delitos apenados com detenção ou reclusão, nos crimes em que a lei taxativamente as admita.
- II. A quebra do sigilo bancário ou fiscal não exclui a proteção constitucional ao segredo, então a cargo dos operadores do processo, sob pena de responsabilização administrativa e criminal.
- III. Admite-se o sigilo dos autos frente ao investigado e seu advogado, mesmo ante ordem de prisão ou de apreensão de bens, no interesse predominante das investigações.
- IV. O Ministério Público pode determinar a devassa de correspondências, quando relacionadas ao crime investigado.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Está correta apenas a assertiva II.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

47. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A condenação pelo crime de tráfico de entorpecentes exige o laudo definitivo do material tóxico, que pode ser trazido até a sentença, respeitado o contraditório.
- II. O consumo pessoal de drogas, sem autorização legal ou regulamentar, é punido com advertência, prestação de serviços à comunidade ou medida educativa.



- III. Pune a Lei de Entorpecentes a mera colaboração como informante da organização de tráfico.
- IV. O crime de tráfico, segundo a Lei nº 11.343/06, é inafiançável e insuscetível de graça, indulto, anistia e liberdade provisória, vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos, embora permitido o *sursis* e a unificação de penas.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
(b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
(c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
(d) Estão corretas todas as assertivas.

48. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A discussão sobre matéria referente à idade da vítima, quando interferir na própria existência do crime, é considerada questão prejudicial obrigatória.
- II. A discussão sobre matéria referente à constitucionalidade do tributo sonegado, por interferir na própria existência do crime, é questão prejudicial obrigatória.
- III. A questão prejudicial obrigatória faz suspender a ação criminal até solução no cível da matéria controversa sobre estado de pessoa, suspenso também o curso da prescrição.
- IV. A questão prejudicial facultativa faz com que possa o magistrado criminal suspender o processo até solução da matéria prejudicial em ação a ser proposta no cível.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
(b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
(c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
(d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.

49. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A unificação de penas pode dar-se na sentença condenatória ou em fase de execução penal.
- II. A pena unificada não é considerada para o exame do livramento condicional ou de regime mais favorável de execução.
- III. Seja na hipótese de crime continuado, seja na hipótese de concurso formal próprio, é permitida a unificação de penas.
- IV. O agravo de execução, em face da decisão unificadora de penas, é processado analogicamente segundo o rito do agravo de instrumento, conforme jurisprudência predominante.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
(b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
(c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
(d) Estão corretas todas as assertivas.

50. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A falta do lançamento definitivo impossibilita a ação penal por crime tributário material, mas não sua investigação e eventual indiciamento.
- II. A falta do lançamento definitivo do crédito tributário não impede a persecução penal pelo crime autônomo de quadrilha.
- III. A falta do lançamento definitivo do crédito tributário impede o curso da prescrição penal.



IV. A falta do lançamento definitivo do crédito tributário torna nulos os atos processuais da persecução penal, por crime de sonegação fiscal, realizados na sua ausência.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

51. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Mesmo sendo a pena mínima privativa de liberdade superior a um ano, havendo pena de multa alternativamente cominada, cabível é a suspensão condicional do processo.
- II. Prevê a lei específica que, em caso de conexão de crime de pequeno potencial ofensivo com crime sujeito à jurisdição penal comum, dá-se nesta o processamento reunido.
- III. A suspensão condicional do processo não impede ao acusado a via do *habeas corpus* para o trancamento da ação penal.
- IV. De acordo com a jurisprudência predominante, havendo desclassificação para crime menos grave ou absolvição dos delitos conexos e restando persecução penal tão-somente de crime com pena mínima cominada de um ano, cabível é o *sursis* processual, mesmo após prolatada sentença condenatória recorrível.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

52. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A *emendatio libelli* possibilita exclusivamente ao juízo de primeiro grau a correta tipificação a ser dada ao fato denunciado.
- II. A *mutatio libelli* permite, segundo a lei, a direta condenação por crime diverso, de pena igual ou superior, mas exige a oportunidade de defesa para incidência de crime mais gravemente apenado.
- III. Pode a *emendatio libelli* resultar na incidência direta de crime com pena mais severamente aplicada, sem novo contraditório ou defesa.
- IV. A necessidade de fundamentação estende-se à dosimetria da pena, à escolha das penas substitutivas e ao não-cabimento do *sursis*.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

53. Assinalar a alternativa correta quanto à prescrição e à decadência.

- (a) A renúncia da prescrição pode ocorrer ainda que não escoado o respectivo prazo.
- (b) As ações constitutivas não estão sujeitas à decadência.
- (c) Não corre a prescrição contra os relativamente incapazes.
- (d) O devedor que paga uma obrigação prescrita não possui o direito de repetir o pagamento.



54. Assinalar a alternativa correta quanto à cláusula penal.
- (a) Em se tratando de cláusula penal compensatória (relativa ao inadimplemento) a parte pode cumular a multa convencional com a indenização legal.
 - (b) Ainda que o prejuízo decorrente do inadimplemento exceda o previsto na cláusula penal, o recebimento da multa necessariamente implicará renúncia à indenização suplementar.
 - (c) A redução do valor fixado na cláusula penal não pode ser determinada de ofício pelo magistrado.
 - (d) A multa cominatória ou *astreinte* difere da cláusula penal porque naquela não há um limite máximo de fixação.
55. Assinalar a alternativa correta no que concerne ao negócio jurídico.
- (a) A anulação de negócio jurídico pode ser decretada de ofício pelo juiz.
 - (b) A simulação é um defeito de consentimento do negócio jurídico, independentemente de prejuízo a terceiros.
 - (c) Na hipótese de reserva mental, não há invalidação do negócio jurídico.
 - (d) Nem sempre as causas de nulidade ou anulabilidade são concomitantes ao negócio jurídico.
56. Assinalar a alternativa correta quanto à responsabilidade civil.
- (a) Com exceção do seguro obrigatório e do auxílio funeral, não se reduzem da indenização as quantias recebidas pela vítima, ou por seus familiares, dos institutos previdenciários ou assistenciais.
 - (b) No direito brasileiro, a responsabilidade objetiva do Estado decorre da teoria do risco administrativo e não admite excludentes.
 - (c) Com relação ao nexa de causalidade, o Código Civil Brasileiro adota a teoria da causalidade adequada, considerando como causadora do dano a ação por si só apta a produzi-lo.
 - (d) As concausas preexistentes, ou seja, aquelas que já existiam quando da conduta do agente, eliminam a relação causal.
57. Assinalar a alternativa INCORRETA quanto à responsabilidade civil.
- (a) Nas indenizações decorrentes de “perda de uma chance”, a probabilidade de perda de uma oportunidade não pode ser considerada em abstrato.
 - (b) O fato de terceiro somente exclui a responsabilidade do transportador em casos excepcionais, equiparáveis ao caso fortuito ou força maior.
 - (c) Nas hipóteses de morte do chefe da família, tem sido reconhecido aos beneficiários da indenização o direito de acrescer.
 - (d) Quando o ato, além de ilícito civil, constituir também crime, a indenização será fixada com o cômputo de juros compostos.
58. Assinalar a alternativa correta no que diz respeito às pessoas jurídicas.
- (a) As agências reguladoras (entidades de caráter público criadas por lei como por exemplo ANATEL, ANP, ANEEL, etc.) são pessoas jurídicas de Direito Público interno.
 - (b) As ONGs (Organizações Não-Governamentais) são entidades organizadas por particulares para atendimento de interesse público e do ponto de vista jurídico podem constituir-se como associação ou sociedade.



- (c) As empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações governamentais são pessoas jurídicas de Direito Público, uma vez que constituídas, no todo ou em parte, por recursos públicos.
- (d) A pessoa jurídica não é passível de sofrer violação dos direitos tipicamente da personalidade, tais como o direito à honra e ao nome.

59. Assinalar a alternativa correta no que concerne aos juros.

- (a) Nas indenizações decorrentes de desapropriação, serão computados juros compensatórios de 12% (doze por cento) ao ano, em virtude da liminar concedida na ADIN 2.332-2/DF, que suspendeu a eficácia da expressão “de até seis por cento ao ano”, contida no art. 15-A do Decreto-Lei nº 3.365/41, independentemente da data da imissão na posse.
- (b) O depósito prévio, nas desapropriações, inibe os juros compensatórios.
- (c) Nas desapropriações, o percentual de juros moratórios é fixado de acordo com a lei vigente ao tempo da citação.
- (d) Segundo a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, a incidência dos juros moratórios em precatório complementar só é admitida quando ultrapassado o prazo constitucional, ou seja, após o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito.

60. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Quanto à classificação das ações, a moderna doutrina adota a teoria civilista, vinculando o conceito de ação à pretensão de direito material.
- II. Atribui-se a Chiovenda a primazia de ter afirmado, na Itália, a autonomia da ação, enquanto direito potestativo conferido ao autor, de obter, em face do adversário, uma atuação concreta da lei.
- III. Segundo a doutrina de Pontes de Miranda, as ações, quanto à eficácia, podem ser classificadas em condenatórias, constitutivas, declarativas, mandamentais ou executivas.
- IV. Atribui-se a Alfredo Buzaid a criação da chamada “Escola Processual de São Paulo”, que influenciou decisivamente no plano de política legislativa do atual Código de Processo Civil e em diversos institutos jurídicos, como, por exemplo, o da coisa julgada.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.

61. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O pedido mediato, no processo comum ordinário, pode ser genérico quando a determinação do valor da condenação dependa de ato a ser praticado pelo réu, hipótese em que o juiz fica autorizado a proferir sentença ilíquida.
- II. Quando o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo, o pedido poderá ser sucessivo.
- III. Na cumulação sucessiva, o segundo pedido somente será apreciado se improcedente o primeiro; na cumulação alternativa, o segundo pedido somente será apreciado se for acolhido o primeiro.
- IV. É permitida a cumulação, contra réus diversos, em um único processo, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.



- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (c) Estão incorretas apenas as assertivas II e IV.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

62. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O exeqüente deve necessariamente requerer ao juízo da execução que determine seja a certidão de distribuição da execução averbada nos registros de bens do executado.
- II. Na execução provisória, embora não esteja vedada a alienação de bens do executado, mediante caução idônea, não cabe o levantamento de dinheiro pelo exeqüente.
- III. A defesa contra a execução de sentença, chamada de impugnação, pressupõe a realização de penhora.
- IV. Vigora em nosso sistema processual a regra da autonomia dos Embargos de cada co-executado quanto ao prazo para oposição, exceto na situação do litisconsórcio passivo entre cônjuges.

- (a) Está incorreta apenas a assertiva I.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

63. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa INCORRETA no que concerne à nomeação à autoria.

- (a) Constitui forma de substituição de partes, que se opera exclusivamente no pólo passivo da lide.
- (b) Se o nomeado admitir a qualidade que lhe é atribuída, o processo seguirá contra este, extinguindo-se sem exame de mérito contra o nomeante.
- (c) Pode ser rejeitada pelo autor da ação, hipótese em que o processo seguirá contra o réu original, sendo-lhe devolvido o prazo para defesa.
- (d) Constitui autêntica modalidade de “intervenção de terceiros”.

64. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

No caso de uma ação desapropriatória indireta de imóvel, dirigida contra a União Federal, pode-se afirmar que:

- I. trata-se de ação fundada em direito real, prescrevendo em vinte anos.
 - II. se o local da situação do imóvel não for sede de vara federal, pode ser ajuizada a ação no juízo federal da subseção da capital do Estado ou no da subseção que compreende o município da situação da coisa.
 - III. por força do parágrafo 3º do art. 109 da Constituição Federal, o juízo estadual do *forum rei sitae* tem competência federal delegada para o julgamento da ação.
 - IV. não se aplica o disposto no art. 95 do Código de Processo Civil, que estabelece, como critério absoluto de competência, o foro da situação da coisa.
- (a) Está correta apenas a assertiva I.
 - (b) Está correta apenas a assertiva II.
 - (c) Estão incorretas apenas as assertivas II e III.
 - (d) Estão incorretas apenas as assertivas III e IV.



65. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A execução de título extrajudicial, que inicia definitiva, passa a ser provisória enquanto pendente apelação contra sentença que julgue improcedentes os embargos recebidos com efeito suspensivo.
- II. A fase de cumprimento de sentença condenatória de obrigação de pagar ocorre de forma automática, no mesmo processo em que foi proferida a decisão judicial, dispensando-se, assim, o requerimento do credor.
- III. Na execução por título extrajudicial, a segurança do juízo não é condição para oposição dos Embargos do Devedor.
- IV. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, existe prejudicialidade, a ensejar o *simultaneus processus*, entre a ação anulatória previamente ajuizada e a execução, opostos ou não, em relação a esta, os embargos do devedor.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

66. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O art. 53 do Código de Processo Civil (“A assistência não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou transija sobre direitos controvertidos; casos em que, terminando o processo, cessa a intervenção do assistente”) tem aplicabilidade à assistência simples e à litisconsorcial.
- II. Presume-se a repercussão geral nas hipóteses em que o Recurso Extraordinário impugnar acórdão cujo fundamento contrariar súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.
- III. A coisa julgada formal pode ocorrer sem que se verifique a coisa julgada material; esta, no entanto, é sempre dependente da ocorrência daquela.
- IV. A regra do art. 16 da Lei nº 7.347/85 (“a sentença civil fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator”) não se aplica às ações coletivas que versem sobre relação de consumo.

- (a) Está incorreta apenas a assertiva II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

67. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Denegado o mandado de segurança pela sentença, ou no julgamento do recurso dela interposto, fica sem efeito a liminar concedida, operando a decisão contrária, em regra, efeitos *ex nunc*.
- II. No mandado de segurança contra ato administrativo complexo, a autoridade impetrada será, exclusivamente, aquela que com sua manifestação de vontade integrou, por último, o ato.



- III. Sob pena de nulidade, deve a entidade a que pertence a autoridade apontada como coatora ser citada para compor o pólo passivo do mandado de segurança.
- IV. A entidade a que pertence a autoridade coatora, e não esta, é quem detém a legitimidade para recorrer da sentença concessiva do mandado de segurança.

- (a) Está correta apenas a assertiva IV.
- (b) Estão incorretas apenas as assertivas I e IV.
- (c) Estão incorretas apenas as assertivas II e III.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

68. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Os absolutamente incapazes serão representados em juízo na forma da lei, tendo, nada obstante, capacidade para figurar no pólo ativo ou passivo da lide.
- II. A sentença arbitral pode revestir-se de eficácias condenatórias, declarativas e constitutivas, mas não terá jamais caráter mandamental ou executivo.
- III. A intimação presume-se válida quando dirigida ao endereço referido pela parte na inicial ou contestação.
- IV. O procedimento sumário é caracterizado pela cognição sumária.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

69. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Compete à Justiça Federal julgar ações relativas a penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos federais de fiscalização das relações de trabalho.
- II. A competência da autoridade judicial brasileira para julgar causas relativas a imóveis situados no Brasil é chamada “internacional exclusiva”.
- III. Considera-se “preclusão lógica” a que se opera em razão da faculdade processual já ter sido exercida.
- IV. A audiência preliminar deve ser designada apenas quando a lide versar sobre direitos disponíveis.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Estão incorretas apenas as assertivas II e III.
- (c) Estão incorretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

70. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta quanto a Juizado Especial Federal.

- I. Não cabe pedido de uniformização contra decisão recursal que julga agravo interposto em face de decisão concessória de antecipação de tutela.
- II. Segundo o entendimento dominante, são admitidos o pedido contraposto e a ação rescisória no rito dos juizados especiais federais.
- III. As pretensões cautelares no rito dos juizados especiais federais serão deduzidas incidentalmente, não tendo autonomia procedimental.



IV. A Lei nº 10.259/2001, apesar de prever a aplicação subsidiária da Lei nº 9.099/1995, não autoriza a arbitragem no âmbito dos juizados especiais federais.

- (a) Estão incorretas apenas as assertivas I e II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

71. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Nas hipóteses de incompetência absoluta, são nulos todos os atos do processo.
- II. A execução, seja provisória ou definitiva, corre sob responsabilidade objetiva do exeqüente, que deve indenizar o executado em caso de tornar-se insubsistente o título exeqüendo.
- III. Consideram-se prazos impróprios aqueles cujo descumprimento não gera conseqüências processuais, mas apenas disciplinares, como é o caso do prazo conferido ao juiz para proferir a sentença ou aos serventuários para praticar atos de sua atribuição.
- IV. As medidas de efetivação da tutela específica previstas na lei não são *numerus clausus*, podendo o juiz, para dar efetividade a sua decisão, utilizar outras que se façam necessárias.

- (a) Está incorreta apenas a assertiva I.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

72. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta quanto ao agravo.

- I. Contra a decisão interlocutória que indefere a produção de uma prova, o recurso de agravo somente pode ser deduzido na forma retida.
- II. Será de instrumento apenas nas hipóteses previstas no art. 522 cujo rol é taxativo.
- III. Não admite agravo regimental a decisão que defere ou indefere a antecipação dos efeitos da tutela recursal.
- IV. Conforme entendimento doutrinário dominante haurido de interpretação sistemática, as decisões interlocutórias proferidas na audiência serão sempre impugnáveis por meio do agravo retido, deduzido na forma oral, não sendo admitido o agravo de instrumento.

- (a) Está correta apenas a assertiva III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

73. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A fraude contra credores é instituto de direito material regulado pelo Código Civil; enquanto a fraude à execução é instituto de direito processual regulado pelo Código de Processo Civil.
- II. A fraude à execução pode ser decretada *incidenter tantum* no próprio processo de execução, dispensando processo autônomo, ao contrário da fraude contra credores, que pressupõe o ajuizamento da denominada “ação pauliana”.
- III. A fraude contra credores gera a possibilidade de anulação de atos praticados pelo devedor após ter contraído a dívida, mesmo antes do início do processo.



IV. Ao reconhecimento da fraude contra credores faz-se mister a presença do *eventus damni* e do *consilium fraudis*.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

Para responder à questão 74, considere os textos legais transcritos a seguir e que tratam da interposição fraudulenta:

a) Art. 59 da Lei Federal nº 10.637/02, que alterou o art. 23 do Decreto-Lei 1.455/76:

“Art. 59. O art. 23 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 23. Consideram-se dano ao Erário as infrações relativas às mercadorias:

.....
V - estrangeiras ou nacionais, na importação ou na exportação, na hipótese de ocultação do sujeito passivo, do real vendedor, comprador ou de responsável pela operação, mediante fraude ou simulação, inclusive a interposição fraudulenta de terceiros.

§ 1º O dano ao erário decorrente das infrações previstas no caput deste artigo será punido com a pena de perdimento das mercadorias.

§ 2º Presume-se interposição fraudulenta na operação de comércio exterior a não-comprovação da origem, disponibilidade e transferência dos recursos empregados.

§ 3º A pena prevista no § 1º converte-se em multa equivalente ao valor aduaneiro da mercadoria que não seja localizada ou que tenha sido consumida.

§ 4º O disposto no § 3º não impede a apreensão da mercadoria nos casos previstos no inciso I ou quando for proibida sua importação, consumo ou circulação no território nacional.”

b) Art. 33 da Lei Federal nº 11.488/07:

“Art. 33. A pessoa jurídica que ceder seu nome, inclusive mediante a disponibilização de documentos próprios, para a realização de operações de comércio exterior de terceiros com vista no acobertamento de seus reais intervenientes ou beneficiários fica sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor da operação acobertada, não podendo ser inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).”

74. Assinalar a alternativa correta.

- (a) A lei superveniente prevalece e aplica-se apenas a pena de multa, uma vez que importou em revogação do artigo 23 do Decreto-Lei nº 1.455/76, com redação dada pelo artigo 59 da Lei Federal nº 10.637/02.
- (b) Aplica-se tão somente a pena de perdimento, porque não atinge a empresa que cedeu seu nome, realizando a importação em nome de terceiro.
- (c) Aplica-se tão somente a pena de multa prevista na Lei nº 11.488/07, porque não atinge o real adquirente da mercadoria.
- (d) Podem ser aplicadas ambas as sanções (perdimento/multa do Decreto-Lei nº 1.455/76, com redação dada pelo artigo 59 da Lei Federal nº 10.637/02, e multa de 10% [dez por cento] prevista na Lei nº 11.488/07).



75. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta quanto ao empresário, à falência e à recuperação judicial, nos moldes do Código Civil de 2002 e da Lei Federal nº 11.101/2005.

- I. Não se considera empresário e não pode ser considerado sujeito passivo de falência aquele que exerce a profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística.
- II. Apesar da recuperação judicial depender da homologação judicial, sua natureza é contratual.
- III. O trespasse do estabelecimento comercial (filiais ou unidade produtiva), como elemento da recuperação judicial, não importa na sub-rogação das obrigações do devedor ao sucessor, ocorrendo a título universal, mesmo quanto às obrigações de natureza tributária.
- IV. As dívidas tributárias nunca se submetem à recuperação judicial, a qual não poderá ser deferida na existência daquelas, ressalvadas as hipóteses de efetiva suspensão de exigibilidade.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

76. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta quanto à empresa, ao empresário e às sociedades simples e às empresárias.

- I. A empresa é uma atividade exercida pelo empresário, não pressupondo a existência de uma sociedade, podendo ser desenvolvida pelo empresário unipessoal.
- II. A sociedade simples distingue-se da sociedade empresária, pois naquela inexistente uma organização de bens materiais e imateriais (intelectuais) e recursos humanos, voltados para a produção sistemática da riqueza, sendo a sociedade cooperativa um de seus exemplos.
- III. Podem ser empresários os menores de 18 anos.
- IV. Há identidade entre os conceitos de empresário e sócio da sociedade.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

Para responder à questão 77, considere os textos legais transcritos a seguir:

Lei Federal nº 8.884, de 11 de junho de 1994:

“Art. 14. Compete à SDE:

I - . . . ;

II - acompanhar, permanentemente, as atividades e práticas comerciais de pessoas físicas ou jurídicas que detiverem posição dominante em mercado relevante de bens ou serviços, para prevenir infrações da ordem econômica, podendo, para tanto, requisitar as informações e documentos necessários, mantendo o sigilo legal, quando for o caso;”



“Art. 20. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados:

I - ...;

II - dominar mercado relevante de bens ou serviços;

...;

§ 2º Ocorre posição dominante quando uma empresa ou grupo de empresas controla parcela substancial de mercado relevante, como fornecedor, intermediário, adquirente ou financiador de um produto, serviço ou tecnologia a ele relativa.

§ 3º A posição dominante a que se refere o parágrafo anterior é presumida quando a empresa ou grupo de empresas controla 20% (vinte por cento) de mercado relevante, podendo este percentual ser alterado pelo Cade para setores específicos da economia. (Redação dada pela Lei nº 9.069, de 29.6.95)”

“Art. 54. Os atos, sob qualquer forma manifestados, que possam limitar ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência, ou resultar na dominação de mercados relevantes de bens ou serviços, deverão ser submetidos à apreciação do Cade.

§ 1º O Cade poderá autorizar os atos a que se refere o caput, desde que atendam as seguintes condições:

...;

III - não impliquem eliminação da concorrência de parte substancial de mercado relevante de bens e serviços;”

77. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

Para fins de caracterização de infração à ordem econômica, o conceito de “mercado relevante” pode ser considerado como:

- I. uma regra inflexível dentro de todo o território nacional.
- II. um requisito econômico aferível pelas regras da experiência comum em determinada região.
- III. um dos requisitos primordiais da moderna teoria de defesa da concorrência.
- IV. vislumbrado através de conhecimento e manejo de conceitos da ciência jurídica, observados os princípios gerais do direito e da boa-fé.

- (a) Está correta apenas a assertiva III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

78. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

As empresas que exploram as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços:

- I. podem optar pelo SIMPLES.
- II. estão sujeitas às regras do COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).



III. para todos os fins, são equiparadas a instituição financeira.

IV. podem operar sem a necessidade de celebrar contrato escrito com seus clientes.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

79. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. No âmbito dos Juizados Especiais Federais, pacificou-se a jurisprudência no sentido de que a União é parte ilegítima para figurar no pólo passivo das ações em que se pleiteia o benefício assistencial previsto no art. 20 da Lei nº 8.742/93.
- II. Identificam-se em Direito Previdenciário os conceitos de seguridade e assistência social, sinonímia que se mostra enfaticamente no fato de que ambos são universalizados, com sistema contributivo e participação obrigatória da União, do patrão e do empregado.
- III. Os tratados, convenções e outros acordos internacionais de que Estado estrangeiro ou organismo internacional e o Brasil sejam partes, e que versem sobre matéria previdenciária, serão interpretados como lei especial.
- IV. O Direito Previdenciário admite a solução do conflito pela equidade, do que fazem exemplos decisões judiciais que asseguraram o direito da companheira à pensão por morte do segurado antes mesmo que reconhecido em lei.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

80. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Apontando iterativa jurisprudência, inclusive do Pretório Excelso, que “não há direito adquirido a regime jurídico”, o princípio *tempus regit actum* não encontra aplicação no Direito Previdenciário; assim, o segurado que já possuía o direito à aposentadoria antes da vigência da Lei nº 9.876/99 não faz jus a, nos dias de hoje, requerer o benefício sem a incidência do fator previdenciário.
- II. As contribuições sociais incidentes sobre apostas feitas em concursos de prognósticos têm como contribuintes as pessoas jurídicas que promovem o recolhimento; e não os apostadores.
- III. As prestações previdenciárias guardam natureza eminentemente alimentar constituindo, no mais das vezes, o meio de subsistência básica do ser humano, cuja demora no deferimento pode causar danos irreparáveis à existência digna de quem delas depende.
- IV. Em razão de serem os chamados “bóias-frias” trabalhadores eventuais, excluem-se ainda hoje do amparo da legislação previdenciária, mesmo quando surpreendidos pela fiscalização previdenciária em plena atividade laborativa.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Está correta apenas a assertiva III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.



81. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A imunidade que a Constituição Federal empresta aos templos de qualquer culto inviabiliza que ministros de confissão religiosa sejam em razão dessa mesma condição contribuintes da Previdência Social.
- II. O servidor público federal ocupante de cargo em comissão que não pertença aos quadros efetivos da entidade pública sujeita-se ao Regime Geral da Previdência Social em condição idêntica à de empregado.
- III. Trabalhador eventual é aquele que presta serviços a uma empresa para atender a necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou o acréscimo extraordinário de serviço por período não superior a três meses.
- IV. Não se admite como início de prova de trabalho rural documento de produtor rural em nome de terceiro, ainda que parente.

- (a) Está correta apenas a assertiva II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

82. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Se a segurada da Previdência Social adotar recém-nascido, não poderá pleitear auxílio natalidade, pois que, na hipótese, o evento foi previsível, não se tratando de exposição a risco eventual atuarialmente considerável.
- II. A “proibição de retrocesso” é princípio absoluto, mas que tem sua aplicação apenas na jurisprudência, inibindo o juiz de interpretar em detrimento de direitos sociais, mesmo os que se situem fora da órbita do “mínimo existencial”.
- III. O princípio da compulsoriedade da inscrição, aliado à inexistência de vínculo empregatício, faz com que a dona de casa não se vincule à Previdência Social.
- IV. Em razão do abuso verificado, acarretando renúncia fiscal de aproximadamente dois trilhões de reais a cada exercício financeiro, foi extinta por força de emenda constitucional a isenção das entidades filantrópicas pertinente à quota patronal das contribuições previdenciárias.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Está correta apenas a assertiva IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

Para responder às questões 83 e 84 considere o enunciado seguinte:

Ocorrido desastre aéreo, estando determinado segurado na lista de passageiros, foi requerida pensão antes mesmo que houvesse a identificação do corpo. Seis meses após, o segurado reaparece vivo, narrando ter recebido socorro de tribo de índios isolada, o que tornou muito difícil tanto o contato com a civilização quanto a viagem de volta.

83. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Jamais poderia ser admitida presunção de morte antes de encerrado definitivamente o trabalho de identificação dos mortos no acidente.



- II. A hipótese contempla morte presumida em razão de desaparecimento, figura jurídica que, em Direito Previdenciário, difere da simples ausência.
- III. Em sendo o ato de concessão da pensão “ato jurídico perfeito”, constituindo direito adquirido dos dependentes, o retorno do segurado é irrelevante, não guardando efeito qualquer sobre a relação de direito.
- IV. Porque a relação jurídica gerada pelo requerimento da pensão previdenciária implica decidir sobre a própria existência do segurado, a ação judicial pertinente refoge à competência da Justiça Federal, pois acarreta conseqüências no registro civil.

- (a) Está correta apenas a assertiva II.
- (b) Está correta apenas a assertiva IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

84. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O direito brasileiro não alberga pensão por morte presumida, razão pela qual o benefício era de indeferir-se de plano.
- II. Ter-se-ia de aguardar seis meses a partir da declaração de morte presumida pela autoridade judicial competente para a concessão de pensão provisória.
- III. Deferir-se-ia o benefício independentemente do prazo e da declaração judicial, em razão das circunstâncias em que a morte ocorreu.
- IV. Os dependentes deverão devolver aos cofres previdenciários as quantias percebidas a título de benefício, ainda que não se lhes impute má-fé.

- (a) Está correta apenas a assertiva III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

85. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A lei ordinária pode valer-se de outras fontes de receita para a Seguridade Social, criando contribuição nova diversa daquelas expressamente previstas na Constituição.
- II. A fórmula do fator previdenciário leva em consideração a idade do segurado e seu tempo de contribuição, mas não considera a expectativa de sobrevida, fator cuja relatividade é avessa à segurança necessária a um trabalho atuarial.
- III. Ao segurado empregado que tenha cumprido todas as condições para a concessão do benefício pleiteado, mas não possa comprovar o valor dos seus salários-de-contribuição no período básico de cálculo, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo esta renda ser recalculada, quando da apresentação de prova dos salários-de-contribuição.
- IV. É assegurada a concessão do benefício de pensão por morte aos dependentes do *de cujus* que, ainda que tenha perdido a qualidade de segurado, haja preenchido os requisitos legais para a obtenção da aposentadoria antes da data do falecimento.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.



86. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O modelo previdenciário brasileiro comporta o sistema de repartição como base, mas admite o regime de previdência complementar, facultativo, mediante sistema de capitalização.
- II. A doutrina majoritária nega à Lei Eloy Chaves a condição de marco inicial da Previdência Social no Brasil, pois que, antes da sua publicação, já havia um sistema previdenciário baseado em complexos estudos atuariais.
- III. É possível que detenha a pessoa física condição de segurado obrigatório, mesmo que a prestação laboral se dê no exterior, quando a contratação tenha ocorrido no território nacional, ou em virtude de tratados ou acordos internacionais firmados pelo Brasil.
- IV. Entre o trabalhador em alvarenga (embarcação utilizada para carga e descarga de navios) e o ensacador de cacau não existe diferença de tratamento previdenciário, pois que são trabalhadores avulsos.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

87. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Na hipótese de exercício de atividades concomitantes, o salário-maternidade há de equivaler à totalidade das remunerações percebidas pela segurada empregada antes de ingressar na licença-gestante, mesmo que os respectivos valores excedam o limite do salário-de-contribuição.
- II. Para que a mãe do segurado falecido faça jus à pensão previdenciária, segundo a jurisprudência majoritária, imprescindível demonstração cabal de dependência exclusiva e absoluta.
- III. Cuidando-se de prestações de natureza continuada, apenas as cotas devidas no quinquênio anterior à propositura da ação é que se fazem alcançar pela prescrição.
- IV. Doutrina e jurisprudência pacificaram o entendimento de que os dependentes elencados na legislação previdenciária fazem *numerus clausus*, em razão do que nenhum benefício pode ser conferido ao menor sob guarda, não contemplado na Medida Provisória nº 1.523/96.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.

88. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Atualmente, não há distinção entre homem e mulher para a condição de dependente, podendo o cônjuge-varão, em caso de morte da mulher, receber pensão, mesmo não sendo inválido.
- II. O vínculo de dependência econômica é sempre estabelecido com presunção *juris tantum*, admitindo prova inequívoca em contrário.
- III. Considerando-se que o critério de aposentadoria hodiernamente se faz por tempo de contribuição (e não por tempo de serviço), ainda que o trabalhador haja laborado na condição de empregado, impossível deferir-se-lhe benefício previdenciário se não



constam no banco de dados da Previdência Social as prestações previdenciárias pertinentes.

IV. A expressão “seguridade social” abrange em sua semântica não apenas o seguro social propriamente dito, mas também a saúde e a assistência social.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Está correta apenas a assertiva IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

89. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O tratado internacional tem força de lei complementar, sendo superior ao direito interno ordinário, exceto quando versar sobre direitos humanos, quando será internalizado, sempre, com força de emenda constitucional.
- II. Os tratados têm validade no Brasil apenas depois da respectiva aprovação pelo Ministério das Relações Exteriores ou pelo Senado da República.
- III. Apenas os embaixadores podem celebrar tratados.
- IV. Não há hierarquia entre tratados, protocolos e convenções.

- (a) Está correta apenas a assertiva IV.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

90. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. É juridicamente possível, no Brasil, a restrição de direitos dos brasileiros com nacionalidade secundária por meio de tratados internacionais.
- II. A extradição do brasileiro nato só é possível nos casos de crimes de tráfico internacional de entorpecentes e de terrorismo, em razão dos respectivos tratados de repressão a que aderiu a República Federativa do Brasil.
- III. O estrangeiro tem garantia constitucional de não ser extraditado por crime de opinião.
- IV. O processo de extradição fica suspenso se, após seu início, o extraditando optar pela nacionalidade originária brasileira, até que se verifique o implemento da condição suspensiva, pela homologação da opção no juízo competente.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Está correta apenas a assertiva II.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

91. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A formulação de pedido de naturalização, cujo exame pela administração esteja atrasado, impede a deportação do estrangeiro com visto de permanência vencido.
- II. A naturalização pode ser requerida diretamente na Justiça Federal, em procedimento de jurisdição voluntária.
- III. O processo de naturalização somente se conclui com a entrega do respectivo certificado ao estrangeiro, privativa de juiz federal.



IV. A naturalização extraordinária ocorre pelo simples implemento do prazo, sendo dispensável qualquer procedimento administrativo para sua consecução.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

92. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Dá-se reenvio de 3º grau no caso de conflito de regras de Direito Internacional que envolva quatro países.
- II. Hipótese comum de conflito de regras de Direito Internacional ocorre quanto ao foro competente para os inventários e partilhas de bens situados no Brasil, pertencentes a estrangeiro.
- III. São exemplos de regras de conexão ou elementos de conexão a *lex patriæ* (da nacionalidade), a *lex loci actus* (do local da realização do ato jurídico), a *lex voluntatis* (escolhida pelos contratantes), a *lex loci celebrationis* (do local da celebração do matrimônio).
- IV. Para regular as relações concernentes aos bens, segundo as normas brasileiras de Direito Internacional, aplicar-se-á a lei do país em que estiverem situados.

- (a) Está correta apenas a assertiva II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.

93. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A posse de bens imóveis no Brasil garante ao estrangeiro o direito de visto ou autorização de permanência.
- II. A dispensa de visto ao turista estrangeiro natural de país que também dispense o visto de turista aos brasileiros, é automática e independe de lei ou tratado, decorrendo do direito de reciprocidade.
- III. É possível ao estrangeiro domiciliado em cidade de país limítrofe, exercer atividade remunerada no Brasil independentemente de visto de permanência, mediante documento especial que o identifique e caracterize a sua condição, podendo, inclusive, ser expedida carteira de trabalho e previdência social.
- IV. O estrangeiro clandestino pode regularizar sua situação mediante a transformação de seu visto expirado de turista em visto permanente segundo juízo discricionário do Ministério da Justiça.

- (a) Está correta apenas a assertiva III.
- (b) Está correta apenas a assertiva IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.

94. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta em relação à Convenção sobre Direitos Humanos, de San José, da Costa Rica, de 22 de novembro de 1969, de Estados Americanos.



- I. Não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido, nem aplicá-la por delitos políticos nos Estados que a admitam.
- II. A lei pode submeter os espetáculos à censura prévia com o objetivo exclusivo de regular o acesso a eles, para proteção moral da infância e da adolescência.
- III. As garantias contra a restrição à livre manifestação e à livre difusão do pensamento dispensam autorização estatal para o funcionamento de emissoras de rádio.
- IV. A expulsão de estrangeiros, isolada ou coletivamente, só se pode dar por decisão de autoridade judiciária ou administrativa e nos termos de permissivo legal.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

95. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A concordância do extraditando em retornar ao seu país dispensa o controle da legalidade do pedido de extradição.
- II. Crimes perpetrados com o apoio oficial do próprio aparato governamental, à semelhança do que se registrou no Cone Sul com a adoção, pelos regimes militares sul-americanos, de terrorismo de Estado, não se incluem no conceito de crimes políticos de molde a evitar a extradição.
- III. A extradição não será concedida, pela vedação ao *bis in idem*, se, pelo mesmo fato em que se fundar o pedido extraditacional, o súdito reclamado estiver sendo submetido a procedimento penal no Brasil, ou já houver sido condenado ou absolvido pelas autoridades judiciárias brasileiras.
- IV. Compete ao Supremo Tribunal Federal o exame dos pedidos de extradição ativa e passiva.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

96. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Na evolução do direito ambiental brasileiro, invoca-se, observada a ordem cronológica, os seguintes marcos históricos: a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente; a Declaração da Conferência das Nações Unidas de Estocolmo; a Lei da Ação Civil Pública; a Constituição Federal em vigor; a Declaração da Conferência das Nações Unidas do Rio de Janeiro e a Lei dos Crimes e Infrações Administrativas Ambientais.
- II. Pretendendo o Poder Público criar uma Reserva Florestal na Serra do Mar (patrimônio nacional, segundo o art. 225, §4º, Constituição Federal) impondo restrições à exploração econômica de áreas particulares neste ecossistema contidas, não está obrigado a ressarcir aos proprietários os prejuízos que experimentarem.
- III. A preservação da diversidade genética do país, na concepção ecológica do pluralismo genético, encontra fundamento constitucional no Dever de Preservação e Restauração dos Processos Ecológicos Essenciais e Promoção do Manejo Ecológico das Espécies e Ecossistemas.



IV. A supressão parcial ou total de uma Floresta de Preservação Permanente pelo Poder Público, para satisfazer necessidade pública, independe de autorização legislativa.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Estão incorretas apenas as assertivas II e III.
- (c) Estão incorretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.

97. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A responsabilidade civil por dano ambiental é objetiva e baseada no risco integral, que pressupõe a chamada “causalidade adequada”.
- II. Na base da responsabilização administrativa ambiental está o princípio da responsabilidade objetiva, vale dizer, independente de culpa.
- III. Nas Áreas de Conservação de Uso Indireto, é permitida a exploração dos recursos naturais.
- IV. O licenciamento ambiental para obra de desassoreamento de um rio estadual, mas cujos reflexos poderão afetar a Zona Costeira e o mar territorial, é da competência do IBAMA, tendo o órgão ambiental estadual atividade supletiva.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (b) Estão incorretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (c) Estão incorretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

98. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O instrumento de outorga do direito de uso de recursos hídricos tanto pode ser a concessão como a autorização.
- II. A licença ambiental, no que concerne ao seu deferimento, é ato discricionário, podendo a autoridade ambiental negá-la mesmo quando comprovado que o empreendedor cumpriu todas as exigências legais.
- III. O TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), embora cumpra o mister de possibilitar a adequação de comportamentos aos termos da legislação ambiental e pôr fim a conflitos, judicializados ou não, conforme a doutrina majoritária, não tem a natureza jurídica de transação.
- IV. O *Estudo de Impacto de Vizinhança* – EIV, cujo objetivo é ordenar o chamado “ambiente construído”, tem sua exigência condicionada a prévia disciplina de lei municipal.

- (a) Está incorreta apenas a assertiva IV.
- (b) Estão incorretas apenas as assertivas I e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.

99. Assinalar a alternativa correta.

A responsabilidade civil das entidades de direito público em matéria de dano ao meio ambiente, na hipótese de ausência de fiscalização da atividade diretamente causadora de dano ambiental, é, na linha da doutrina e da jurisprudência majoritárias:

- (a) fundada no risco-integral.



- (b) fundada no risco-proveito.
- (c) objetiva.
- (d) subjetiva.

100. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta quanto à responsabilidade penal da pessoa jurídica por crime ambiental.

- I. A ausência de vontade própria da pessoa jurídica, que é um ente fictício, sem existência real, impossibilita aquilatar a culpabilidade, elemento essencial do crime, a tornar objetiva a responsabilidade penal.
- II. Quanto à prescrição, à múngua de previsão legal, deve-se considerar, por analogia, as penas cominadas abstratamente ao delito para a pessoa física.
- III. O *habeas corpus* é o instrumento processual adequado para o trancamento da ação penal contra pessoa jurídica (paciente) por crime ambiental.
- IV. Segundo entendimento dominante dos tribunais superiores, a pessoa jurídica somente pode ser demandada se figurar no pólo passivo da ação penal também a pessoa física que determinou a prática do ato causador da infração.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (b) Estão incorretas apenas as assertivas II e III.
- (c) Estão incorretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (d) Estão incorretas todas as assertivas.